



EDIÇÃO 16 – 2º SEMESTRE DE 2013
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 15/09/2013
ARTIGO APROVADO ATÉ 10/10/2013



HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA NA FASE JESUÍTICA E SEGUNDO REINADO

Priscila Figueiredo da Mata¹
UEMS
Nataniel dos Santos Gomes²
UEMS

RESUMO

O objetivo geral do nosso trabalho é fazer uma abordagem sobre a Historiografia Linguística, partindo inicialmente de dados gerais acerca dessa disciplina, e posteriormente, dando um enfoque nas contribuições ao estudo da língua no Brasil. O primeiro tópico deste trabalho visa apresentar um breve histórico dessa matéria, oportunidade em que é destacada a importância da *Escola dos Annales* como elemento difusor dos estudos nessa área. Ainda nesse momento, são trazidos os maiores nomes em sede de Historiografia Linguística. As três gerações do fazer historiográfico são apresentadas, bem como suas contribuições para o desenvolvimento dessa área de conhecimento. O tópico seguinte traz os princípios metodológicos de Konrad Koerner, que são: Contextualização, Imanência e Adequação. Após devidamente apresentados os traços gerais da matéria, parte-se para a apresentação da Historiografia da Língua Portuguesa. No que se refere à contribuição dos jesuítas para o estudo da língua, verifica-se que há autores que levantam um debate acerca do caráter ideológico dos estudos encabeçados por esses religiosos. Nesse sentido, para esses autores, não deve ser levado em conta tão somente o caráter científico dos estudos dos jesuítas quanto à língua, mas também seu desejo de propagação da fé cristã; ou seja, eles realmente se empenharam em aprender a língua autóctone e catalogá-la, contudo, para tais autores, isso não se deu por ânimo científico, mas por necessidade de conhecer a língua daquele povo com a finalidade de catequizá-los. Com relação à contribuição aos estudos da língua no Segundo Reinado, o que se levanta é que nessa fase havia a ideia de propagação do Português Brasileiro em detrimento do Português de Portugal. São trazidos alguns exemplos de expressões que foram dicionarizadas nessa época, com o fim de demonstrar o forte caráter nacionalista dos estudiosos da língua dessa fase da História do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Historiografia Linguística 2. Fase Jesuítica. 3. Segundo Reinado.

¹ Possui especialização em Educação a Distância pela Universidade Católica Dom Bosco em parceria com o Portal Educação e graduação em Ciências Jurídicas pela Universidade Católica Dom Bosco. Atualmente cursa Letras na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. E-mail: priscilafdmata@hotmail.com.

² Possui graduação em Letras (Português / Literatura) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1996), mestrado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002) e doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007). Atualmente é professor da graduação e do programa de pós-graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), unidade de Campo Grande. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: descrição linguística, línguas indígenas brasileiras e histórias em quadrinhos. E-mail: nataniel@uems.br.



EDIÇÃO 16 – 2º SEMESTRE DE 2013
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 15/09/2013
ARTIGO APROVADO ATÉ 10/10/2013



ABSTRACT

The main aim of our work is to make an approach about the Linguistic Historiography, starting initially from general data about this subject, and then, giving special emphasis on the contributions to the study of language in Brazil. In the first topic of this paper we present a brief history of this matter, which is an opportunity to highlight the importance of the Annales School as a diffuser of the studies in this area. We also bring the biggest names in the field of Linguistics Historiography. Three generations of doing historiography are presented as well as their contributions to the development of this area of knowledge. The next topic brings Konrad Koerner's methodological principles, which are: Context, Immanence and Adequacy. After presenting the broad outline of the matter, we will present the Historiography of the Portuguese Language. As regards the contribution of the Jesuits for language studies, it appears that there are authors who raise a debate about the ideological nature of these studies led by these religious people. Accordingly, for these authors, the scientific aspect of the Jesuits studies on the language should not be taken into account as the only one, but also their desire to spread the Christian faith, since they actually engaged in learning the native language and catalog it. However, for these authors, this did not happen because of scientific sake, but the need to know the language of the people in order to catechize them. With regard to the contribution to the studies of language in the Second Empire, what arises at this stage is that the Brazilian Portuguese overlapped the Portuguese from Portugal. We will bring some examples of expressions that were put in the dictionaries at that this time, in order to demonstrate the strong nationalist character of the scholars of the language of this phase in the history of Brazil.

KEYWORDS: 1. Linguistic Historiography 2. Jesuit Phase. 3. Second Empire.

INTRODUÇÃO

A Historiografia Linguística (HL) é uma subárea de Letras e Linguística. Conforme Nascimento (2005), tal disciplina tem por escopo lidar com “[...] *questões da periodização, de contextualização e com temas relativos à prática linguística efetiva, com o intuito de identificar diferentes fases de desenvolvimento da língua ou de períodos mais longos.*”

Entre os teóricos mais expressivos destaca-se Konrad Koerner (*Questões que persistem em Historiografia*), que apresenta os princípios da Historiografia. Pierre Swiggers (*Methodologie de L’Historiographie da Linguistique* e *Qu’est ce qu’une theorie (en) Linguistique*) apresenta questões



EDIÇÃO 16 – 2º SEMESTRE DE 2013
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 15/09/2013
ARTIGO APROVADO ATÉ 10/10/2013



metodológicas e teóricas que levam a Historiografia Linguística ao status de disciplina científica, além questões ligadas ao método e ao estudo científico dela (ALMEIDA, 2010, p. 54).

O termo Historiografia Linguística traz consigo a noção de entrelaçamento entre elementos históricos e linguísticos para fins de alcançar o objetivo da disciplina. Esse, de fato, é um ponto inquestionável quando se trata de Historiografia Linguística, ou seja, devem-se trabalhar essas duas áreas de conhecimento de forma harmônica. Assim, tanto o historiador quanto o historiógrafo são peças fundamentais para uma pesquisa de qualidade.

Acerca da distinção de foco entre o profissional da História e o historiógrafo, Godoy (2009, p.79) pondera que “(...) enquanto a História estudava a narrativa dos acontecimentos históricos, a Historiografia começou a estudar e registrar esses acontecimentos para reconstruir o passado por meio da interpretação dos fatos à luz do espírito da época.”

Apesar de utilizar elementos de ambas as disciplinas, a Historiografia Linguística não confunde uma e outra matéria. Aliás, delimitar o campo de atuação de cada profissional envolvido em uma pesquisa nesse viés é muito importante para um trabalho de qualidade.

Essa nova acepção exige muito cuidado por parte do historiógrafo uma vez que a forma de observar a história será totalmente diferente daquela do historiador, pois o historiógrafo necessitará resgatar o passado linguístico porque esse resgate será importante para o momento em que a Historiografia Linguística se estabelecerá como disciplina. Para isso, o historiógrafo precisará perpassar por outras ciências, tais como, a Psicologia, a Sociologia e a Ciência Política. Portanto, o historiógrafo deve ter um conhecimento interdisciplinar para poder investigar os vários comportamentos do momento de sua pesquisa (GODOY, 2009, p. 183).

O alerta trazido por Godoy acerca da necessidade de se estabelecer a fronteira de atuação de cada profissional não é um indicador de reprovação do trabalho interdisciplinar, mas tão somente um marcador de espaço de atuação, pois como bem diz Nascimento (2005):

(...) não há nada de errado no comportamento interdisciplinar, muito pelo contrário: as contribuições do linguista para o historiador, e vice versa, têm sido fundamentais, na medida em que, delimitadas as fronteiras de ambas as especificidades, os pesquisadores possam interpretar representações inscritas no documento escrito, decorrentes de atitudes de diálogo e de troca de resultados de pesquisas.

Muito se falou acerca do duo História-Historiografia, todavia, a Historiografia Linguística abrange muitas outras disciplinas. Nesse sentido podemos pensá-la como uma disciplina que está na

intersecção da linguística, da história, da filosofia e da sociologia. Reforça-se, portanto, seu caráter multidisciplinar.

No Brasil destaca-se Cristina Altman (*A pesquisa linguística no Brasil – 1968-1988*), que apresenta os momentos da investigação da pesquisa historiográfica (ALMEIDA, 2010, p. 55). O Prof. Dr. Marcelo Luna de Freitas na UNIVALI é outro expoente na matéria em questão (GODOY, 2009, p. 183).

A Historiografia Linguística descreve e explica como se produziu e se desenvolveu o conhecimento através do tempo em determinado contexto. Só é possível fazer tal trabalho a partir da “dimensão interna” e da “dimensão externa”, respectivamente, o aspecto cognitivo e o social e individual.

Sendo assim, a Historiografia Linguística somente adquire sentido se estiver relacionada com outras áreas do saber. Ela lança outro olhar para os acontecimentos históricos, tendo como base, documentos que evidenciam a evolução da língua no decorrer do tempo, ou em um dado recorte histórico.

Visitar o passado é obrigatório, e possibilita investigar o quadro linguístico daquele momento e o contexto que envolveu a produção do documento. Assim, a pesquisa historiográfica é essencial para compreender o quadro histórico de determinada época, como também para atribuir reflexões que possam definir os passos que o Historiador da língua deve seguir (BASTOS e PALMA, 2004).

A Historiografia Linguística busca a análise sistematizada da língua em épocas anteriores, com destaque para a escrita. A estrutura gramatical é conservada por mais tempo na escrita, enquanto o texto oral é mais suscetível a mudanças mais rápidas no tempo.

1. Breve histórico da Historiografia Linguística

A Historiografia Linguística está estritamente ligada à História, e passou a ganhar forças quando a ciência histórica sofreu momentos de ruptura, deixando de ser vista como mero relato de acontecimentos (BASTOS e PALMA, 2004).

A História Tradicional, que estudava os grandes acontecimentos, era um sistema linear, mas com o nascimento da Nova História, ela se fragmentou, e passou a ser denominada micro história (LEVI, 1992). Até o século XVIII, a História como ciência era centralizada apenas nos acontecimentos políticos, até a



EDIÇÃO 16 – 2º SEMESTRE DE 2013
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 15/09/2013
ARTIGO APROVADO ATÉ 10/10/2013



quebra do paradigma na França, estendendo de forma interdisciplinar seu estudo, ligando a outras disciplinas.

A *Escola dos Annales*, fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre, contribuiu com novos paradigmas, com novos rumos para a História e novas possibilidades de estudos em outras áreas. Neste contexto, a Historiografia Linguística ganha espaço e sua metodologia é legitimada por Konrad Koerner.

Ao abordar o papel de Bloch e Febvre enquanto fundadores da referida escola, Godoy (2009, p.178) salienta o ideal de *Annales*, que era a defesa de uma história com laços mais estreitos com o povo, ou seja, onde o foco não se restringia na contemplação dos grandes heróis e seus feitos:

Eles, ao fundarem a Escola dos Annales, tiveram a preocupação de mudar o foco da história que só admirava os grandes heróis e os seus grandes feitos. A partir dessa nova concepção, temos um novo paradigma na Historiografia. Os autores Marc Bloch e Lucien Febvre defenderam uma história que se aproximasse do povo.

A *Escola de Annales* veio contrapor o pensamento positivista que encarava o documento oficial escrito como reflexo único da realidade. Nessa fase, outras formas de registro eram tidas como marginais, conforme acentua Nascimento (2005):

Enquanto registro das atividades do homem, o positivismo do fim do século XIX esclarecia que o documento escrito, de modo particular, o oficial, assumia um peso de prova histórica. Essa objetividade era garantida pela posição que aquela corrente externava, ao postular fidelidade do texto aos fatos da realidade. Por isso, desprezava-se qualquer possibilidade de influências implícitas na ação do produtor do documento, fato que fez com que se entendesse o documento escrito como reflexo fiel da realidade. Em decorrência disso, apregoava-se que o melhor historiador era aquele que fosse capaz de registrar com maior fidelidade o acontecimento. As outras formas de registro, em que se mantinha maior subjetividade, eram tratadas como marginais.

Com a inauguração da *Escola dos Annales*, a concepção anteriormente deflagrada pelo positivismo é substituída pela noção de que o documento não necessariamente reflete com fidelidade a realidade, sofrendo as intervenções das ações humanas que o circundam. Sobre a questão, segue a citação abaixo:

Mais tarde, a Escola dos Annales altera essa concepção positivista de História, no mesmo instante em que postula que o histórico se faz a partir das ações humanas e integra o documento. Por conta disso, a Escola esclarece que o documento não fala por si próprio, mas necessita de questionamentos para ser

compreendido. Assim, o ponto de partida para a pesquisa histórica passa do documento para o problema (NASCIMENTO, 2005).

Com relação aos estudiosos que marcaram presença na escola em apreço, Godoy (2009, p.180) faz menção a nomes distribuindo-os em três gerações. A primeira geração de pesquisadores de Historiografia Linguística em *Annales* é formada pelos próprios fundadores, cumprindo a estes a seguinte tarefa de defender “[...] que a história deveria ser estudada por meio de fatos sociais e não particulares e pesquisaram principalmente a Geografia, a Economia e a História.”

Já Fernand Braudel e Ernest Labrousse, são os representantes da segunda geração e suas ideias se consubstanciavam na “[...] história dos acontecimentos, as conjunturas e a história de longa duração.” (GODOY, 2009, p.181) enquanto Le Goff, Leroy e Chartier representam a terceira geração e “defendiam em seus estudos, nas mentalidades dos povos e analisavam qualquer documento, fossem eles arqueológicos, orais, religiosos e outros.” (GODOY, 2009, p.182).

Ante as mudanças trazidas pela *Escola dos Annales*, o fazer historiográfico passou a fazer parte deste movimento. Os fatos históricos passaram a ser analisados linguisticamente, o passado passou a ser reconstruído através de ângulos diferentes, inéditos até então. Os documentos escritos passaram a ser registrados e analisados dentro da pluralidade de disciplinas que abarcam, inclusive, a Historiografia Linguística.

Além da *Escola de Annales*, outra foi a corrente que fomentou os estudos de Historiografia Linguística, a anglo-saxônica. É nesse contexto que se encontram os representantes anteriormente citados como os principais na seara de HL: Koerner e Swiggers. Para Godoy (2009, p.182) “Esses autores tiveram a preocupação de estruturar uma metodologia para a pesquisa historiográfica linguística.”

A seguir será apresentada contribuição de Koerner para a Historiografia Linguística.

2. Princípios metodológicos – Konrad Koerner

Os métodos que legitimaram a Historiografia Linguística como corrente linguística foram: Contextualização, Imanência e Adequação.

Os anos de 1980 são marcados pelas discussões em torno da metodologia na busca de princípios e procedimentos para sistematizar as pesquisas da Historiografia Linguística. Koerner (1996) lembra as dificuldades para delimitar o espaço da Historiografia Linguística, por causa das ciências que fazem cruzamento com ela: *“Há vários problemas metodológicos e epistemológicos que enfrenta o historiógrafo da linguística. Estes incluem questões de periodização, contextualização e, geralmente, procedimentos de pesquisa [...]”* (Koerner, 1996, p. 58).

Koerner (1996) sistematizou três etapas para o trabalho e para a legitimação da Historiografia Linguística. Ele apresenta as discussões teóricas sobre os elementos internos e externos que definem os limites entre a História e a Linguística.

O primeiro é a contextualização. *“O primeiro princípio [...] diz respeito ao estabelecimento do ‘clima de opinião’ geral do período em que as teorias se desenvolveram”* (KOERNER, 1996, p. 60). Para ele é importante observar o pensamento intelectual da época que influencia o quadro linguístico naquele contexto histórico.

Através da contextualização é possível que o historiador vá ao passado e através dele possa entender o presente, situando a história do documento e estabelecendo o clima de opinião de um recorte histórico. *“[...] trata-se de traçar o clima de opinião (espírito da época), observando-se as correntes intelectuais do período e a situação sócio-econômica, política e cultural [...].”* (BASTOS E PALMA, 2004, p. 17)

A contextualização atribui uma investigação historiográfica externa à língua, ou seja, leva em conta aspectos sociais, geográficos, políticos, econômicos etc; que influenciam o sistema linguístico da época. Conforme Koerner (1996): *“as ideias linguísticas nunca se desenvolveram independentemente de outras correntes intelectuais do período.”* (p. 60)

Em seguida, ele apresenta o princípio da Imanência, ou seja, as dimensões internas da língua. Esse princípio consiste na busca da língua em documentos históricos, a busca da análise da língua em si mesma. Através deste princípio analisa-se o quadro linguístico da época, verificando a terminologia adotada para assim compreender a língua e a sua estrutura interna. *“[...] o próximo passo consiste no esforço de estabelecer um entendimento completo, tanto histórico quanto crítico [...].”* (KOERNER, 1996, p. 60).

O terceiro princípio é a Adequação. Tal abordagem segue a perspectiva interna da língua, de forma complementar, buscando a aproximação ou o distanciamento temporal e cultural do recorte histórico, em especial, o linguístico, observadas as aproximações terminológicas da língua. (KOERNER, 1996, p. 60)

O último princípio versa em uma análise particular da língua, unificado aos dois primeiros princípios, numa tentativa de comparar os momentos históricos que evidenciam a evolução/ mudança de uma determinada língua.

Os princípios metodológicos apresentados são estabelecidos para sistematizar e fornecer fidelidade ao estudo através dos documentos, tornando o fazer historiográfico mais vasto e vigoroso. Vale destacar que a separação dos princípios se faz apenas por uma questão metodológica e faz com que o profissional extrapole os limites linguísticos e históricos para sua análise, com um conhecimento praticamente enciclopédico, além da habilidade para reorganizar o seu objeto, não só na descrição, mas explicando-o e interpretando-o numa nova perspectiva.

Fica clara a complexa delimitação dos estudos em Historiografia Linguística, visto a interdisciplinaridade e interdependência entre as ciências.

O objeto de discussão e análise da Historiografia Linguística permanece o mesmo: a língua. A língua é analisada em sua manifestação escrita, a partir de situações formais e informais. Os aspectos sociais, culturais, geográficos, políticos e econômicos, interferem no sistema linguístico no texto escrito. Tais documentos representam um testemunho linguístico e histórico de um dado momento histórico, refletindo as correntes intelectuais daquele período (BASTOS E PALMA, 2004).

Vale ressaltar que a Historiografia Linguística surgiu em um momento de ruptura da ciência, o que permitiu a abertura de novas possibilidades de estudos a partir de documentos escritos, as práticas linguísticas do cotidiano.

Koerner (1996) atribuiu à Historiografia Linguística um quadro de pesquisa que permite ao fazer historiográfico um trabalho que inclui dimensões internas e externas à língua.

3. Historiografia da Língua Portuguesa



EDIÇÃO 16 – 2º SEMESTRE DE 2013
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 15/09/2013
ARTIGO APROVADO ATÉ 10/10/2013



Como já acentuado anteriormente, a Historiografia Linguística é uma matéria que necessita de uma conjugação de disciplinas para que se alcance o intento desejado. Sendo assim, fatores históricos e linguísticos devem ser estudados lado a lado.

Quando se leva em consideração que nosso país, quando colonizado pelos portugueses já possuía uma história, nota-se o quanto a conjugação das várias disciplinas é importante para compreender as questões atinentes à língua. Explica-se: o Brasil, antes do “descobrimento” já tinha uma identidade, consubstanciada na figura dos nativos, os quais tinham uma cultura própria e uma língua própria. A chegada dos colonizadores trouxe consigo novos costumes àquele povo (ainda que à base da imposição) e, dentre outras coisas, uma nova língua.

Os fatores históricos explicam a miscigenação linguística em nosso país, que não se restringe ao duo língua autóctone-língua colonizadora. É sabido que em fases subsequentes outros povos aqui aportaram, ajudando a construir as matizes históricas, culturais e linguísticas do Brasil.

Em meio a todos esses fatores, a Historiografia Linguística surge como uma matéria de carga multidisciplinar que busca delinear os traços de uma língua. Compreender todo o invólucro que permeia a Língua Portuguesa é tarefa dessa disciplina.

Para prosperar nessa tarefa de compreensão da nossa língua é necessário um trabalho de investigação de nossas raízes linguísticas, bem como conhecer as contribuições para a Historiografia Linguística no Brasil, que se deu, primariamente, com os trabalhos jesuíticos, conforme se passa a expor.

3.1. A Contribuição dos Missionários para a Historiografia Linguística

Tratando especificamente da contribuição dos jesuítas para a Historiografia Linguística nos países colonizados (como é o caso do Brasil) é importante destacar alguns estudiosos contemporâneos, como Cristina Altman, que se dedicam à investigação dessa disciplina. A obra “*Retrospectivas e perspectivas da historiografia da linguística no Brasil*” da autora em tela será uma das fontes utilizadas para o embasamento das questões atinentes às produções historiográficas no Brasil no período da chegada dos missionários nas colônias.



EDIÇÃO 16 – 2º SEMESTRE DE 2013
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 15/09/2013
ARTIGO APROVADO ATÉ 10/10/2013



Ao trabalhar a questão da Historiografia da Linguística no Brasil, Altman (2009) traz algumas ponderações acerca, por exemplo, da necessidade de ampliar o rol de estudiosos que contribuíram para o conhecimento da linguagem e das línguas. Para ela, reduzir os estudos nessa vertente a poucos nomes traz prejuízo a uma compreensão mais profunda da questão, pois há muito tempo são feitos estudos nesse sentido.

Com efeito, o trabalho dessa autora levanta a questão historiográfica desde sua raiz jesuítica, de forma a demonstrar a contribuição desses religiosos na concretização de estudos da língua em nosso país.

O objetivo de Altman (2009) na obra vertente foi demonstrar que, adequado ou não, o fato é que a prática dos missionários de registrar as línguas (por confecção de gramáticas ou vocabulários) contribuiu para estudos vindouros.

Em busca de colocar o trabalho jesuítico no patamar de contribuição à Historiografia Linguística a autora não se detém às correntes que reduzem a poucos nomes os historiógrafos da língua. Ela amplia, portanto, o rol de cooperadores dessa matéria. Daí a relevância de estudar os registros dos missionários, que apesar de não constarem no cânone fizeram um respeitável trabalho de descrição da língua de sua época.

Interessante ressaltar ainda que na obra da autora acima citada é feito um panorama geral das tradições linguísticas latino-americanas para tão somente depois restringir a análise à Historiografia Linguística brasileira, ou seja, a abordagem parte do geral para o específico.

Ao analisar a contribuição dos estudiosos da língua latino-americana, Altman (2009) demonstra surpresa ao detectar que o estudo de línguas nativas americanas foi rechaçado da Historiografia Linguística canônica. Daí ela entender como um desafio ao historiógrafo das tradições linguísticas latino-americanas explicar o porquê dessa exclusão.

Outro ponto que causa estranheza na autora em apreço é o diminuto prestígio conferido à produção missionária no que diz respeito às questões linguísticas. O fato de franciscanos, dominicanos, agostinianos e jesuítas terem se dedicado não somente à catequese, mas também ao ensino da leitura e escrita foi fator determinante para uma expressiva contribuição no campo da produção linguística, o que muitas vezes não é levado em conta.



EDIÇÃO 16 – 2º SEMESTRE DE 2013
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 15/09/2013
ARTIGO APROVADO ATÉ 10/10/2013



Os países latino-americanos receberam forte influência europeia na fase da colonização, e muito dessa marca estrangeira se deve ao trabalho de catequização dos missionários que vinham trazer ao povo autóctone o ideal cristão.

Os religiosos que vinham propagar o cristianismo na terra colonizada se empenhavam não somente em ensinar sua língua, mas também em aprender a língua dos nativos. Daí a importância em se conhecer os trabalhos produzidos na fase colonial, já que estes foram os primeiros registros das línguas que futuramente se fundiriam à língua colonizadora e gerariam a língua hispano-americana e a Língua Portuguesa do Brasil, cada qual com sua peculiaridade em relação à “língua-mãe”.

Acerca da produção historiográfica nessa fase histórica, Altman (2009, p. 118) diz que:

[...] Só para o século XVI afirmam ter registrado 212 trabalhos de missionários. Desses, 30 sobre línguas sul-americanas; 27 sobre línguas da América Central e 155 sobre o México, sendo que o Náhuatl clássico, língua dos astecas do México central, foi a mais representada, com 92 trabalhos. No século XVII, registaram mais de 250 trabalhos sobre as mesmas línguas; no XVIII, 210. Se incluirmos nessa conta as gramáticas missionárias escritas no período colonial sobre as línguas asiáticas (...) esse número cresce sensacionalmente [...]

A citação acima demonstra que o trabalho dos missionários nos séculos XVI a XVIII não era algo pontual, ao contrário, a produção na seara linguística nessa fase histórica era efervescente, justamente para criar um liame entre os povos colonizados e os colonizadores. Aliás, estudar a língua era também uma forma de compreender o aspecto “exótico” daquele povo.

É de conhecimento dos estudiosos da História o quanto os povos indígenas despertavam a curiosidade do europeu, devido ao caráter exótico (ao olhar do europeu) de sua vivência. Assim, a língua dos nativos era também tratada como uma marca dessa peculiaridade, o que também ajuda a explicar a dedicação em se catalogar a língua autóctone.

Preservar, através da catalogação, uma língua sobremaneira diferente da sua, foi uma forma de os europeus colonizadores manterem um *souvenir* daquele povo, a seu ver, tão exótico. Sob a questão, confira:

Guardadas as devidas proporções, é razoável imaginar que, para ambas as Américas, tanto a Espanhola quanto a Portuguesa, as línguas locais das várias ‘nações’ americanas também fossem alvo de curiosidade por parte dos europeus e, em consequência, objeto de coleções, ao lado de plantas, animais, costumes e instituições ‘exóticas’ (ALTMAN, 2009, p. 119).



EDIÇÃO 16 – 2º SEMESTRE DE 2013
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 15/09/2013
ARTIGO APROVADO ATÉ 10/10/2013



É interessante notar o tratamento conferido pelos europeus às línguas nativas, a ponto de atribuir às mesmas o caráter de um objeto de coleção. Verifica-se aí que o trabalho linguístico dos missionários tinha duas vertentes: documentar a língua para gerar o conhecimento da mesma, bem como descrevê-la para saciar a curiosidade acerca de um povo com uma realidade de vida tão diferente do modelo europeu.

O apanhado geral trazido por Altman (2009) acerca do trabalho historiográfico linguístico latino-americano tem o condão de situar o contexto histórico dos países que tiveram o contato com os missionários cristãos. O Brasil enquanto país colonizado, igualmente restou submetido a esse contato com os missionários, o que explica o fato de as primeiras produções no tocante à linguística advirem desses religiosos.

Apesar de o contexto entre a América Espanhola e Portuguesa ser bem parecido, no qual os missionários se dedicavam à leitura e escrita, bem como à produção linguística, Altman (2009, p. 118) expõe que a Espanhola estava à frente na catalogação de aspectos da língua devido “[...] a uma política de ensino de línguas indígenas bem mais agressiva [...] do que a da América Portuguesa, cujos interesses estavam, neste momento, mais a Oriente.”

Outro fator que teria contribuído para a discrepância da produção espanhola com relação à portuguesa (em sede de suas colônias), na qual a primeira superou a outra no tocante à criação de gramáticas, se deve ao fato de não haver ainda (no século da colonização) na América Portuguesa imprensa própria, conforme a autora aborda abaixo:

O Brasil, ao contrário, só teria uma própria casa impressora no início do século XIX, e uma cátedra para o estudo do Tupi antigo só no século XX. Não é de se estranhar, pois, que das eventuais centenas de línguas originalmente existentes em território português nos séculos XVI e XVII (Rodrigues 1993, 1994), só tenhamos tido a descrição gramatical de duas delas, como é sabido: do Tupi (=Tupinambá), elaboradas pelos jesuítas José de Anchieta (1534-1597), e Luís Figueira (1575-1643) e do Kiriri, elaborada pelo também jesuíta Luis Vincencio Mamiani (1652-1730) (cf. Anchieta [1595] 1990; Figueira 1621 e Mamiani [1699] 1877), todas escritas em português e publicadas, pela primeira vez, em Português.(ALTMAN, 2009, p. 118-119)

Como se observa do excerto acima houve uma vacância muito grande entre os primeiros estudos das línguas autóctones e a criação da cátedra para estudos do Tupi, levando-se em conta que essa foi aberta somente no século XX. Daí o fato de línguas tão recuadas no tempo terem sido descritas tardiamente em relação às colônias espanholas.

Com relação à expansão das gramáticas advindas do trabalho missionário, cumpre esclarecer que:

Na medida em que os missionários foram sentindo a necessidade de também documentar a dialeção das línguas gerais, ao longo do século XVII e início do século XVIII, bem como a diversidade das línguas regionais e locais, várias outras gramáticas de outras línguas sul-americanas surgiram nos mesmos moldes. O *Catálogo* de 1800 do jesuíta Lorenzo Hervás (1735-1809) menciona 218 designações diferentes, relativas a línguas e a dialetos que hoje situaríamos no território sul-americano (PARADA *apud* ALTMAN, 2009, p. 119).

O trabalho de criação das gramáticas pelos jesuítas foi desenvolvido com mais ênfase ao longo dos séculos XVII e XVIII, como citado acima e serviram de base para produções posteriores. Em nosso país há referências a contribuições do célebre jesuíta do Brasil colonial, o padre José de Anchieta.

Abaixo consta uma descrição do molde da gramática de Anchieta:

Desenvolvida em dezesseis capítulos, sua gramática se inicia com um aparato geral das letras, ortografia, pronúncia e acento (1-9), seguido da exposição das propriedades da morfologia dos nomes (9-10v), dos pronomes (10v-17) e dos verbos, de longe a parte mais extensa da gramática (17v-40; 46-58v), intercalada com uma enumeração das preposições (40-46). Não há capítulos especialmente dedicados aos advérbios (embora a eles se faça menção em alguns pontos da gramática), às interjeições e às conjunções (ALTMAN, 2009, p. 121).

Um importante destaque a se fazer com relação às gramáticas produzidas no Brasil colonial é com relação ao modelo que lhes serviu de base. Enquanto os espanhóis explicitavam sua referência, qual seja, o trabalho de Elio Antonio de Nebrija, os portugueses não mencionavam às claras o referencial base de suas produções. Ainda assim, aponta-se como obra norteadora dos trabalhos jesuíticos o livro de Manuel Álvares, *De Institutione grammatica* (1ª. Ed. De 1572). Na sequência foi usado o modelo de Johannes Despauterius. (ALTMAN, 2009, p. 120)

Levando em conta que os rumos das descrições linguísticas atendiam aos modelos acima, os trabalhos missionários enquadram-se na tradição latina, o que torna o trabalho de Anchieta relativamente “livre”, já que não seguia a padronização estampada na tradição latina de referência (ALTMAN, 2009).

Diante dessa situação, em que a gramática produzida por Anchieta não estava na exata conformidade dos padrões pretendidos pela Cia de Jesus, restou a Figueira “[...] o mérito de ter ajustado a gramática de Anchieta ao cânone latino adotado pela Cia de Jesus.” (ROSA *apud* ALTMAN, 2009, p. 121).



EDIÇÃO 16 – 2º SEMESTRE DE 2013
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 15/09/2013
ARTIGO APROVADO ATÉ 10/10/2013



Independente dos métodos utilizados para a confecção das gramáticas nesse momento histórico o fato é que a língua dos nativos, por suas peculiaridades, não poderia ser submetida a um exato tratamento dos padrões latinos de referência ou mesmo qualquer outro padrão que não levasse em conta suas características intrínsecas.

Nesse sentido, ao descritor da língua não bastava uma conhecimento formal, mas era necessário que tivesse um senso de incorporação da língua estudada, o que somente seria possível se houvesse um desprendimento de moldes pré-definidos e uma pré-disposição a compreender a língua dos autóctones como se nativo fosse.

Diante das exposições fica demonstrada a contribuição dos missionários na confecção de trabalhos na questão da língua. Cabe esclarecer, contudo, que essa produção não foi sentida por Joaquim Mattoso Câmara Jr. como uma herança descritiva de cunho científico. Para esse linguística, ao catalogar as línguas dos povos nativos, os religiosos que nas colônias estavam, buscavam muito mais firmar seu papel de propagador da cultura religiosa do colonizador do que de cientistas da linguagem (ALTMAN, 2009).

Em que pese a constatação crítica de Mattoso acerca dos trabalhos jesuítas quanto à catalogação das línguas, Altman (2009) enaltece a importância dos catequéticos para as futuras gerações de linguísticas. Isso reforça a ideia inicial de que não apenas os nomes do cânone devem ser tidos como contribuições à Historiografia Linguística.

Por fim, vale trazer a assertiva de Altman sobre a não contemplação do trabalho jesuítico por parte do cânone linguístico:

Feitas por missionários e para missionários, o impacto dessa produção linguística na esfera civil e do estado foi, de um lado – é preciso reconhecer – pequeno para alterar conceitos (arraigados) da inferioridade linguística do índio, a que corresponderia sua inferioridade social e política. De outro, foi insuficiente para se fazer visível a uma linguística europeia voltada, principalmente a partir do século XVIII, para a elaboração de uma gramática universal, desinteressada, como consequência, das questões sobre diversidade linguística. Se essas gramáticas contribuíram para a formação de uma cultura linguística nova, como acredito, de base experimental, não mais estritamente ocidental e clássica, nossa historiografia canônica não registrou (ALTMAN, 2009, p. 125).

A autora demonstra, através da colocação acima, que ainda que com limitações, o trabalho dos missionários na seara da linguística abriu espaço para uma nova maneira de se fazer a gramática, onde o clássico cedeu espaço para uma linguística nova, contudo, não sendo registrado pela historiografia canônica.



EDIÇÃO 16 – 2º SEMESTRE DE 2013
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 15/09/2013
ARTIGO APROVADO ATÉ 10/10/2013



3.2. As Produções Linguísticas no Segundo Reinado

Outra importante obra acerca da Historiografia Linguística no Brasil é da pesquisadora Olga Coelho, *Léxico, Ideologia e a Historiografia Linguística do Século das Identidades*. Nessa produção, a autora traz à luz os aspectos da Historiografia Linguística no Segundo Reinado, momento em que havia uma busca pelo nacionalismo.

Inicialmente, a autora aponta que foi nessa fase que o Brasil começou a resgatar os símbolos nacionais, uma vez que foi o momento em que se deparou, pela primeira vez, com um governante nascido em solo nacional, conforme expõe.

[...] o Segundo Reinado corresponde a um período de instauração de um novo modelo de nacionalismo no Brasil. Entendia-se que apenas nesse momento em que o país passava a ser dirigido por um líder moderno e brasileiro (d. Pedro II foi o primeiro governante nascido em solo nacional), e, além disso, afeito a ciências, tecnologias e artes, o Estado estaria fortalecido, e o território passaria a constituir, de fato, uma nação. Daí que tenha ocorrido um esforço por parte do próprio Império para organizar os símbolos nacionais e fixar a nossa nacionalidade (COELHO, 2003, p. 155).

É a vasta a literatura que corrobora a assertiva acima, de que ao comando de D. Pedro II o Brasil inicia a fase de busca pelo nacionalismo. Especificamente tratando da Historiografia Linguística nessa fase da História do Brasil, a questão base levantada por Coelho (2003, p. 154) é acerca da autonomia do português do Brasil na visão dos estudiosos da linguagem do Segundo Reinado.

A constatação da autora é que os dicionários e artigos publicados à época desse crescente nacionalismo (século XIX) primam por demonstrar as singularidades do Brasil com relação ao português de Portugal.

No bojo de seu trabalho, a autora traz diversos trechos de artigos que demonstram um forte caráter de busca pela consolidação de nossa língua como autônoma. Expressões como *individualidade*, *independência*, *nacionalidade*, *brasileirismo*, *linguagem nacional* e etc, são encontradas maciçamente nestes trabalhos linguísticos do século XIX, e tudo isso reforça o quanto era buscado um olhar para a Língua Portuguesa “brasileira”.

Naquele momento, o léxico era a melhor representação da “nova nação” no âmbito da língua, necessitando, portanto, ser acrescentado ao dicionário total da língua portuguesa, conforme citado abaixo:



EDIÇÃO 16 – 2º SEMESTRE DE 2013
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 15/09/2013
ARTIGO APROVADO ATÉ 10/10/2013



Tais trabalhos realizados com o léxico, dessa forma, encerram o pressuposto de que, aquilo que, no âmbito linguístico, melhor representaria a nova nação – o léxico – mereceria ser acrescentado ao dicionário “total” da língua portuguesa (proposta de Braz da Costa Rubim e de Henrique de Beurepaire Rohan) ou, idealmente, constituir monumentos lexicográficos autônomos e nacionais, de modo, a “firmar” a nossa individualidade (SOARES *apud* COELHO, 2003, p. 156).

O que os estudiosos da época buscavam era uma difusão dos brasileirismos através de uma adequação dos dicionários à língua propriamente falada. A seu ver, muito do que estava formalizado nos trabalhos linguísticos da época não representava a realidade falada do povo brasileiro. Assim, era necessário realizar um trabalho que contemplasse o que de fato estava sendo vivenciado pela população no quesito língua.

Visando trazer à tona os debates mais travados no Segundo Reinado no que toca às questões da língua, a autora faz o seguinte esboço:

1ª) houve requisições de independência linguística formuladas em diferentes graus. Isto é, houve desde propostas de autonomia linguística plena, neste caso, considerando-se o português do Brasil como uma língua ou dialeto distinto daquele utilizado em Portugal, até propostas que vinculavam as diferenças linguísticas constatadas apenas ao âmbito social; ou seja, que pressupunham que brasileiros cultos falariam como os lusitanos cultos, assim como os indivíduos pertencentes às classes populares, nos dois países, apresentariam “vícios” linguísticos semelhantes. Havia ainda, é claro, aqueles que não reconheciam qualquer tipo de distinção entre os dois falares;

2ª) do ponto de vista dos dados selecionados para embasar as posturas mencionadas anteriormente, houve uma utilização mais larga dos lexicais e dos fonéticos, nesta ordem, e uma quase ausência de dados de outra natureza (COELHO, p. 156-157).

Sobre o primeiro ponto, verifica-se que havia uma forte onda que visava uma autonomia. Contudo, isso não se deu de forma uniforme, ou seja, havia um desejo de autonomia, porém sob argumentos diversos. Havia quem defendesse a autonomia plena e aqueles que defendiam a tese de que a classe social é que fazia a distinção dos falares, ou seja, os brasileiros cultos falavam como os eruditos europeus, e de outro vértice, os populares do Brasil se assemelhavam aos populares de Portugal no falar permeado de vícios.

O segundo debate trazido demonstra que o léxico e a fonética foram largamente utilizados para dar embasamento aos novos ideais (autonomia da nossa língua). Nesse sentido, foram difundidos artigos que



EDIÇÃO 16 – 2º SEMESTRE DE 2013
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 15/09/2013
ARTIGO APROVADO ATÉ 10/10/2013



traziam palavras provenientes do tupi ou mesmo africanas, como forma de afirmar que nosso léxico era repleto de brasileirismos.³

Coelho (2003, p. 158) afirma que *“o léxico configurava-se como argumento decisivo na diferenciação das estruturas linguísticas e, na medida em que individualizava as línguas, era também decisivo para a constituição da nacionalidade [...]”*

Oportuno dizer que um estudioso da época em tela, chamado Macedo Soares, se propôs a demonstrar as peculiaridades de nossas palavras, mesmo que houvesse ainda algumas comuns a Portugal e Brasil. O excerto abaixo mostra qual era o clima opinião intelectual de sua época:

Muitas delas [“vozes” = palavras] são comuns a Portugal e ao Brasil; algumas lá ficaram, que nunca foram aqui aceitas; outras, que entre nós se aforaram jamais foram ouvidas em Portugal; outras, finalmente, que vieram de Portugal, passaram ou estão passando no Brasil pelas transformações dialetais que denunciam o progressivo desenvolvimento, de todas as línguas. Não será ousadia afirmar que na segunda metade do século XX o léxico brasileiro não há de ser mais o léxico português (SOARES *apud* COELHO, 2003, P. 158).

A opinião inculpada por Soares revela que o léxico era visto como elemento norte para a busca da autonomia da nossa língua. Sendo assim, ele foi muitas vezes citado como fonte para a busca de um nacionalismo linguístico.

Outros pontos eram enaltecidos nessa fase histórica, tais como a pureza do português do Brasil com relação à língua mãe, bem como a riqueza da nossa língua devido a contribuições locais (línguas nativas).

Mesmo com todos os argumentos tecidos pelos estudiosos que propunham um nacionalismo da língua, a autora conclui que o método utilizado por eles era envolto de subjetivismo, critérios opinativos e predileções, conforme texto abaixo.

3ª) nas obras lexicográficas, as preferências e outras subjetividades dos autores afloram a todo momento.
É em função disso que o português do Brasil, via de regra, é apresentado como “melhor” que o de Portugal (COELHO, 2003, p.160).

³ Brasileirismo é “[...] a expressão que damos a toda casta de divergências notadas entre a linguagem portuguesa vernácula e a falada geralmente no Brasil.” (RIBEIRO *apud* IAPECHINO)

O clima de nacionalismo foi um fator gerador de parcialidade de alguns estudiosos da época, que destacavam nossa língua como melhor que a de Portugal. Faltava isenção nas pesquisas, o que tornava os trabalhos envoltos de opiniões pessoais e, portanto, subjetivos.

Para exemplificar, a autora traz algumas definições dicionarizadas da época, grifando as observações que ela julgou mais importantes para demonstrar o trato “opinativo”:

Fullo adj. 1) cor de mulato escuro-avermelhado, preto-amarelado, como são os fulbê ou Fullas, pl. de Pulo, nação da África ocidental, situada entre o Senegal e o Níger, vizinhos dos mandingas; cabelos crespos, mas não lanzudos como os dos negros: cor parda clara, ou antes avermelhada; face ortognata; nariz pequeno, cartilaginoso e aquilino; *cara agradável; mais inteligentes, e em geral de melhor caráter que os negros...* (SOARES *apud* COELHO, 2003, p. 162)

Sabinada – nome de uma revolta na província da Bahia, à testa da qual figurou um *facínora* por nome *Sabino* (RUBIM *apud* COELHO, 2003, p. 162)

Ikrim – Serra em Guarapuava. É palavra came, e quer dizer cabeça. Os conhecem a serra melhor podem ajuizar da propriedade da expressão. *Nisto eram os índios insignes: cada nome que davam a plantas, ou animais, ou lugares, era e é ainda perfeitamente justificado; procure-se, em caso de dúvida, e lá surge a etimologia em forma tão acabada, e engenhosa, e exata, que maravilha* (SOARES *apud* COELHO, 2003, p.162)

Na primeira definição, “fullo”, verifica-se alta carga opinativa (e, diga-se de passagem, preconceituosa em relação ao negro), onde se afirma que esse mulato é mais agradável, inteligente e de melhor caráter que o negro. Veja que tal definição encontra-se na obra de Soares, um dos estudiosos que levantou a bandeira da autonomia de nossa língua.

A segunda definição, feita por Rubim destaca Sabino (da Revolta Sabinada) como um *facínora*, enquanto o terceiro exemplo traz uma menção bastante opinativa acerca do índio, destacando-o como ser insigne na arte de nomear plantas e animais.

Trazer o índio como “herói nacional” é umas das marcas da época e tal sentimento acabou refletido nas obras linguísticas.

Diante das elucidações abordadas, cumpre trazer as considerações finais de Coelho (2003, p.164) a *Historiografia Linguística no Segundo Reinado*:



EDIÇÃO 16 – 2º SEMESTRE DE 2013
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 15/09/2013
ARTIGO APROVADO ATÉ 10/10/2013



[...] no período, houve um debate relevante sobre o estatuto do português do Brasil e que os dados linguísticos aos quais recorremos nesse debate foram majoritariamente os lexicais, considerado o papel central atribuído ao léxico no período.

[...]

Podemos afirmar, ainda, que havia um clima de opinião favorável a teses nacionalistas em geral e a teses de nacionalismo linguístico em particular durante o Segundo Reinado.

No entanto, o que constatamos é que as ideias de autonomia do português do Brasil defendidas no período não vingaram e tais trabalhos desfrutaram de pouca repercussão (COELHO, p.164).

Verifica-se que em razão da onda de nacionalismo crescente à época de D. Pedro II, os trabalhos de Historiografia Linguística seguiram a tendência de afirmar a autonomia de nosso país com relação a Portugal, o que resultou em trabalhos lexicais que pugnavam reforçar nossa independência linguística.

Percebe-se, contudo, que muitos dos trabalhos foram tendenciosos e de cunho opinativo, já que o nacionalismo e a vontade de exaltar as peculiaridades do Brasil enquanto país independente e dono de si permeavam os ideais da época. Sendo assim, os trabalhos deste período devem ser vistos com alguma reserva.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Miguél Eugenio. Historiografia Linguística aplicada às obras de gramática. In PEREIRA, Danglei; RODRIGUES, Marlon Leal. (orgs.). Língua e Literatura I: questões teóricas e práticas. São Paulo: Nelpa, 2010.

ALTMAN. Retrospectivas e perspectivas da historiografia da linguística no Brasil, Revista Argentina de Historiografia Linguística, I, 2, 2009.

BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa & PALMA, Dieli Vesaro (orgs.). História entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

COELHO, Olga. Léxico, Ideologia e a Historiografia Linguística do Século das Identidades, Revista Letras, Curitiba, n. 61, especial, Editora UFPR, 2003.

GODOY, Eliana Vieira. Historiografia Linguística: Um percurso histórico linguístico. Revista Múltiplas Leituras, v.2, n.2, 2009.

KOERNER, Konrad. (1996) Questões que persistem em historiografia linguística. In Revista da ANPOLL, nº 2, p. 45.



EDIÇÃO 16 – 2º SEMESTRE DE 2013
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 15/09/2013
ARTIGO APROVADO ATÉ 10/10/2013



LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In. BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas. Fundamentos teórico-metodológicos da historiografia linguística. In: _____. (Org.). *A historiografia linguística: rumos possíveis*. São Paulo: Pulsar/Terras do Sonhar, 2005.

_____. *A Historiografia Linguística: Rumos Possíveis*. Disponível em: http://www.pucsp.br/pos/lgport/downloads/publicacao_docentes/historiografia_jarbas.pdf. Acesso em 30 de Dezembro de 2012.